

Prefeitura faz dois tipos de aplicações bancárias, poupança e FIC prático. Que só são realizadas aplicações na poupança se os valores não forem ser movimentados por, pelo menos 30 (trinta) dias. No caso do FIC prático, há flexibilidade de resgate de valores com mais agilidade, atualmente, o Fundo Municipal de Prevenção e Combate à Corrupção está aplicado nesta modalidade. Dada a palavra ao Dr. José Carlos Fernandes Júnior, este pontuou dizendo que a menos que haja alguma legislação ou norma municipal específica, dizendo em que todas as contas relacionadas ao erário municipal têm que estar na Caixa Econômica Federal, esse Fundo, na regra, tem como única exigência básica é que esteja em uma Instituição Financeira Pública (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal). Com a palavra, a Controladora-Adjunta informou que providenciariam a transferência do saldo relativo ao Fundo para conta bancário no Banco do Brasil. Em relação a participação na Reunião Técnica do CONACI, esclareceu que, ao entrar em contato com Assessoria Geral do Município - AGOC, foi orientada que o melhor caminho pra uso dos recursos do FMPCC para participação no evento seria por meio de adiantamento de numerário e que há 30 (trinta) dias atrás deram entrada no processo de formalização de adiantamento de recursos para a viagem, que nessa semana estariam viajando, e na próxima reunião iriam apresentar toda documentação da prestação de contas. No tocante ao Projeto de Premiação dos Servidores Municipais, a Controladora-Adjunta aduziu que a Secretária Executiva da Chefia de Gabinete, Leila Braga, responsável pelo Projeto, apresentou uma minuta de decreto e de edital, que foi encaminhada à Procuradora-Geral para análise e manifestação. Dada a palavra aos demais membros, o Dr. José Carlos Fernandes Júnior explicou das funcionalidades do programa Teams que usam para a realizações das reuniões, informando que colocaria todos como administradores e que cada um poderia anexar documentos pertinentes ao Fundo Municipal de Prevenção e Combate à Corrupção. Por fim, foi deliberado que a próxima reunião do Conselho acontecerá no dia 25/04/2022 às 09:00 horas, via Teams. Não havendo mais assuntos a serem tratados, deu-se por encerrada a reunião e eu, Júnia Cecília Camargo de Oliveira, Secretária Executiva, lavrei a presente ata para que produza seus efeitos legais.

Poliana Helena de Souza

José Carlos Fernandes Júnior

Lídia Toledo Maia

Raquel Salge Silva Antunes

Fabiana Pinheiro Gomes Alves

Júnia Cecília Camargo de Oliveira

Ives Alberto Carvalho Costa

Eliane Helena Pacheco Policarpo

#### **ATA DE REUNIÃO N. 05**

Às nove horas do dia vinte e cinco do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois foi realizada a 4ª reunião virtual do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO do Fundo Municipal de Prevenção e Combate à Corrupção, com a participação da Controladora-Geral, Poliana Helena de Souza, a Procuradora-Geral, Fabiana Pinheiro Gomes Alves, o 15º Promotor de Justiça da comarca de Uberaba, José Carlos Fernandes Júnior, os seguintes membros: Michelle Paulina de Almeida (titular), Lídia Maia Toledo (titular), Eliane Helena Pacheco Policarpo (titular), Raquel Salge Silva Antunes (suplente), Lúcio Humberto Silva (suplente), Ives Alberto Carvalho Costa (suplente) e a convidada Raquel Lourenço Caetano. A reunião teve início com as boas vindas da Presidente do Conselho, Poliana Helena de Souza. Ato contínuo, a Presidente apresentou a prestação de contas da viagem para a cidade de Natal/RN, onde participou junto da Controladora-Adjunta da 41ª Reunião Técnica do CONACI e acrescentou que a documentação foi enviada aos Conselheiros com antecedência e que a participação da Controladoria-Geral no evento foi muito importante a participação, pois conseguiram trazer novidades e um sistema informatizado que está em fase de implantação. Esclareceu também que o contato com membros de outros órgãos de controle internos amplia o conhecimento na área e, em seguida, passou a palavra a servidora Raquel Lourenço Caetano para defesa de seu Projeto. Raquel se apresentou e relatou que a Seção de Planejamento, Gestão e Finanças, da qual é chefe, tem um projeto de revitalização para as atividades da Controladoria, qual seja: montar uma sala de treinamento e reuniões, que deve estar bem equipada tanto para os treinamentos internos quanto para as reuniões. Esclareceu que é preciso uma televisão, notebook, data show e som. Aduziu que, atualmente, é preciso pedir emprestado. Informou, ainda, que a Controladoria está fazendo reforma em sua estrutura física, que a realização dos treinamentos é importante para o órgão, motivo pelo qual é importante a aquisição dos equipamentos. Dada a palavra aos Conselheiros, Michelle perguntou se para a despesa pretendida já não existia previsão na Lei Orçamentária Anual. Raquel explicou que parte dos materiais, como os armários, tem previsão na LOA e outra parte dos equipamentos da sala de treinamento não estavam previstos, tais como as cadeiras universitárias e a lousa magnética. Que, portanto, foram acrescentados e estão sendo solicitados via Fundo. A Procuradora-Geral questionou se os recursos do Fundo têm especificado para esta finalidade, haja vista que precisam se enquadrar dentro dos objetivos de utilização do Fundos. Raquel explicou que se enquadram no item modernização e estruturação

pois serão aplicados no desenvolvimento e fomento de atividades relacionadas à defesa de patrimônio Público, controle interno, auditoria pública, correição e incremento da gestão no âmbito da Administração Pública, bem como na capacitação de servidores. Na oportunidade, o Promotor de Justiça questionou qual seria a projeção do investimento, lhe sendo respondido por Raquel que o valor estava estimado em R\$ 45.300,00 (quarenta e cinco mil e trezentos reais) e que os equipamentos não são de alto custo, são de nível médio, o suficiente para o início da estruturação. Dr. José Carlos questionou, ainda, que caso o Projeto seja aprovado pelos Conselheiros, se as aquisições seriam feitas pelo setor de compras da Prefeitura e se os Conselheiros não irão ter contato com a execução da aquisição. Frisou que isso é importante, que é preciso que a aquisição ocorra nos moldes da Legislação vigente. Raquel esclareceu que vai seguir os trâmites normais de compras da Prefeitura, com encaminhamento ao Comitê de Gestão Eficiente, após digitação das requisições e formalização do processo para remessa à Seção de Licitação e lá que serão tomadas todas as medidas cabíveis quanto ao processo de aquisição dos equipamentos, voltando para a Controladoria para o empenho das despesas e envio à Secretaria de Fazenda para conferência a documentação. Aduziu que, em seguida, encaminha ao setor de suprimentos para que eles peçam os equipamentos às empresas vencedoras, ficando para depois o processo de pagamento, tudo conduzido pelo ritmo normal de compras da Prefeitura. Colocado o Projeto à deliberação do Conselho, este aprovou o mesmo por unanimidade. Eliane Policarpo passou a apresentar a conciliação bancária do Fundo Municipal de Prevenção e Combate à Corrupção do mês de março, mostrando o extrato da conta bancária e esclarecendo que o saldo anterior estava em R\$ 185.782,39 (cento e oitenta e cinco mil, setecentos e oitenta e dois reais e trinta e nove centavos) dos quais R\$ 1.291,45 (mil e duzentos e noventa e um e quarenta e cinco centavos) são rendimentos do mês de março, ela explica que houve uma aplicação de R\$ 489,36 (quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e nove centavos) porque foi pedido um resgate no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) pra compra das passagens da viagem da Controladora-Geral e Adjunta e que após a apuração na prestação de contas ele veio a ficar menor por isso foi reembolsado o valor de R\$ 489,36 (quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e nove centavos). Que foi necessário reaplicar o saldo que estava na conta, então com as entradas menos as saídas de recursos, o um saldo em 31 de março de 2022 é de R\$178.563,20 (cento e setenta e oito mil, quinhentos e sessenta e três reais e vinte centavos). O Promotor de Justiça pergunta qual era o nome Projeto que foi aprovado, esclarecendo a Controladora-Geral que se trata de Aquisição de Equipamentos para Execução das Atividades da Controladoria-Geral do Município. A Conselheira Michelle pergunta se foi aprovada e deliberada a prestação de contas do evento do CONACI. A Controladora-Geral informa que a Prestação de Contas havia sido encaminhado com antecedência aos Conselheiros e questiona se todos tinham lido. Diante da negativa da necessidade de leitura, a Prestação de Contas foi colocada à deliberação, sendo aprovada por unanimidade. Não havendo mais assuntos a serem tratados, deu-se por encerrada a reunião e eu, Poliana Helena de Souza, Presidente, lavrei a presente ata para que produza seus efeitos legais.

Poliana Helena de Souza  
José Carlos Fernandes Júnior  
Ives Alberto Carvalho Costa  
Eliane Helena Pacheco Policarpo  
Fabiana Pinheiro Gomes Alves  
Lídia Toledo Maia  
Raquel Salge Silva Antunes  
Michelle Paulina de Almeida

---

#### PORTARIA CG N. 09 DE 11 DE MAIO DE 2022

A Controladora-Geral do Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VI, do artigo 92 da Lei Orgânica do Município, artigo 7º, §7º do Decreto Municipal n. 3.847 de 19/06/2019 e artigo 3º, III e VII do Decreto Municipal n. 3.347 de 20/03/2019

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - Afastar, preventivamente, sem prejuízo de sua remuneração, pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, o servidor municipal **E.K.B.S.**, matrícula nº. 45.967-4, do exercício do cargo público ocupado, a fim de evitar influência na apuração relativa ao Processo Administrativo Disciplinar n. 01/6833/2022.

**Art. 2º** - Fica proibido o acesso do mencionado servidor às repartições internas dos Órgãos Municipais, bem como o acesso a sistemas eletrônicos internos, posse de equipamentos e de documentos durante a vigência desta Portaria.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Uberaba, 11 de maio de 2022.

**POLIANA HELENA DE SOUZA**